



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NILLO CARLOS TERTULIANO CORDEIRO

As Malvinas e a segurança sul-americana

**JOÃO PESSOA- PB
2013**

NILLO CARLOS TERTULIANO CORDEIRO

As Malvinas e a segurança sul-americana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador Prof. Dr.: Filipe Reis Melo

João Pessoa - PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

C794m Cordeiro, Nillo Carlos Tertuliano.
As Malvinas e a segurança sul-americana / Nillo Carlos
Tertuliano Cordeiro. – 2013.
31f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Relações Internacionais) – Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas,
Curso de Relações Internacionais, 2013.

“Orientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Curso de
Relações Internacionais”.

1. Segurança Sul-americana. 2. Malvinas. 3.
Militarização. I. Título.

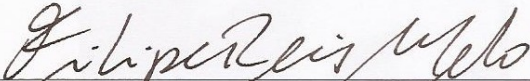
21. ed. CDD 327.16

As Malvinas e a segurança sul-americana

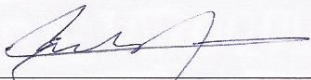
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador Prof. Dr.: Filipe Reis Melo

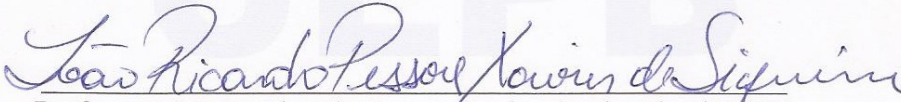
Aprovado em 29/08/2013



Professor(a) Filipe Reis Melo / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) José Carlos de Assis / UEPB
Examinador(a)



Professor(a) João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira / UEPB
Examinador(a)

João Pessoa – PB
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que na pessoa do Senhor Jesus tem estado presente na minha vida me dando forças e me guiando em todos os momentos da minha vida.

À minha virtuosa mãe que com seu amor, coragem e dedicação soube me educar, sendo a grande responsável pela minha formação pessoal e que tanto me apoiou para que eu continuasse estudando mesmo em momentos difíceis de nossas vidas.

Aos meus amigos-irmãos Flaviano Fagner, José Robson, Joabson Soares e Nivaldo Pires que tanto contribuíram na minha edificação acadêmica quando debatíamos e discordávamos durante os debates e embates ao longo do curso.

À Rosenilda de Oliveira, minha querida chefe, que tanto me apoiou diuturnamente durante todo o curso para que eu pudesse concluir esta importante etapa da minha vida acadêmica.

Ao querido professor Heleno Rotta, que com sua sensibilidade sem limites trazia à sala de aula o seu coração para debater, explanar e refletir, não somente acerca da Economia Política Internacional ou da Economia Brasileira, mas sobre o ser humano, sua capacidade transformadora e sobre o impacto que uma mudança estrutural pode provocar em mentes e corações. A você, grande Heleno, meu agradecimento, meu respeito e minha mais profunda admiração.

Ao querido professor José Carlos de Assis, eminente economista, grande jornalista e imitável ser humano, com o qual tive o privilégio de estudar, de aprender, de refletir e de construir um olhar mais apurado sobre os grandes temas de Relações Internacionais.

Ao estimado professor João Ricardo, com que tive a grata satisfação de cursar a disciplina Relações Internacionais na América Latina, que me fez ampliar e sistematizar o pensamento atinente às questões latino-americanas. Também agradeço ao professor por gentilmente ter aceitado o meu convite para participar de minha banca examinadora em pleno dia de seu aniversário.

Ao estimado professor, Filipe Reis Melo, meu orientador, por ter aceitado de imediato orientar-me para toda a realização deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço, não somente, pelas lições recebidas acerca dos processos de integração regional, sobretudo na região latino-americana, mas também, pelas valiosas orientações e diretrizes para que este trabalho pudesse ter sido realizado.

As Malvinas e a segurança sul-americana

Nillo Carlos Tertuliano Cordeiro¹.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo.

RESUMO

O arquipélago das Malvinas é um território em disputa desde 1833, quando o Reino Unido, mediante uso da força, se apossou do território argentino. Este artigo versará sobre os antecedentes históricos que sustentam a ilegitimidade da presença britânica nas ilhas e também apresentará algumas questões que podem explicar o obstinado esforço que empreende o Reino Unido para se manter no Atlântico Sul, revelando-se esta uma questão que extrapola as fronteiras da Argentina. O objetivo deste trabalho parte da seguinte hipótese: a presença britânica nas Ilhas Malvinas e sua crescente militarização representa uma ameaça não somente à segurança da Argentina, mas a todo o continente sul-americano. Portanto, este estudo se estruturará em uma metodologia qualitativo-descritivo-bibliográfica sobre os temas da importância estratégica que as Malvinas têm na região subantártica, a militarização que empreende o Reino Unido nas ilhas e a ameaça que isso pode representar para a segurança do continente sul-americano.

Palavras-Chave: Malvinas. Militarização. América do Sul. Ameaça.

ABSTRACT

The Malvinas archipelago is a disputed territory since 1833, when Britain, by use of the force, took over the Argentine territory. This article will focus on the historical background underpinning the illegitimacy of the British presence in the islands and also present some issues that may explain the great effort that undertakes the UK to remain in the South Atlantic, revealing this subject an issue that goes beyond the borders of Argentina. The objective of this work star with the following issue: whether the British presence in the Malvinas Islands, and its growing militarization poses a threat, not only to the Argentina safety, but the entire South American continent. Therefore, this study will be structured in a descriptive-qualitative methodology literature about the topics of strategic importance to the Malvinas have in Subantarctic Zone, militarization that undertakes the UK in the islands and the threat that it may represent to the South-U.S. security.

Key-Words: Malvinas. Militarization. South America. Threat.

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba.

INTRODUÇÃO

As Ilhas Malvinas², chamadas Falkland Island³ pelos ingleses, aparecem junto com outros quinze territórios na lista de territórios não autônomos das Nações Unidas pendentes de descolonização. A Questão Malvinas, como é conhecida na Argentina teve início em 1833 quando o Reino Unido se apossou do arquipélago pela força e expulsou as autoridades argentinas, como também a população residente no arquipélago (DELGADO, 2011). Deste ato unilateral britânico, surgiu o conflito de soberania entre a Argentina e o Reino Unido que completou, em 2013, 180 anos de história.

As Ilhas Georgias do Sul e Sandwich do Sul que são administradas desde as Malvinas também formam parte das reivindicações de ambos Estados⁴. O conjunto de ilhas se encontra a uma distância de 480 quilômetros do território continental argentino, sobre sua plataforma continental, e a 770 quilômetros do Cabo Horn⁵. Possuem uma superfície aproximada de 12000 km². Geologicamente estão compostas por rochas paleozoicas e mesozoicas. Seu litoral é extremamente irregular e muito íngreme, com muitos portos naturais. O clima é frio, com influência oceânica, elevada umidade e ventos rigorosos. Sua vegetação se resume a um manto herbáceo-subarbusivo e a fauna é escassa (ARNAUD, 2000).

A economia está baseada principalmente na pesca, na pecuária. Nos últimos anos, o governo britânico tem realizado explorações petrolíferas, mas ainda não se pode dizer que a extração seja rentável. A indústria que está crescendo em importância é o turismo. Segundo o *Falkland Islands*

² A palavra "Malvinas" deriva do nome francês *Îles Malouines*, dado em 1764 por Louis Antoine de Bougainville em referência à cidade francesa de Saint-Malo. (TERRAGNO, 2006, p 17).

³ O nome "Falklands" foi dado por John Strong em 1690, em homenagem ao Visconde de Falkland, nobre escocês, que era o patrocinador da sua expedição. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/our-home/>> Acesso em 12 de novembro de 2012.

⁴ Ilhas Georgias do Sul: arquipélago formado por uma ilha grande, chamada Georgia do Sul (também denominada San Pedro desde 1756 por uma expedição Espanhola), e pequenos ilhotas. Estão situadas entre o paralelo 54° e 56° Sul e entre os meridianos 35°45' e 38°23' Oeste de Greenwich. A superfície total do arquipélago é de 3850 quilômetros quadrados. (ARNAUD, 2000, p 21).

Ilhas Sandwich do Sul: arquipélago cujas principais ilhas são: Zavodovski, Leskov, Candlemas, Vindication, Saunders, Montagu, Briltolo, Thule (onde existiu uma base científica Argentina Corbeta Uruguay instalada entre 1976/77) e Bellingsshausen. Localizam-se entre os paralelos 56°18' e 58°28' Sul e entre os meridianos 26°14' e 28°11' Oeste. Formam uma superfície de 300 quilômetros quadrados. (ARNAUD, 2000, p 23).

⁵ Comuna do Chile, localizada na Província de Antártica Chilena, Região de Magalhães e Antártica (TERRAGNO, 2006, p 52).

Government⁶, o Produto Interno Bruto malvinês é de cerca de US\$ 155 milhões⁷.

Figura1: Mapa das Ilhas Malvinas



Fonte: Adaptado do Instituto Geográfico Nacional, Argentina, 2013.

De acordo com o censo de 2012, as ilhas têm 2.563 habitantes, sendo 2.115 vivendo na capital Stanley, 194 em East Falkland, 477 em Mount Pleasant, 127, em West Falkland e 42 nas demais ilhotas que formam o arquipélago⁸.

⁶ Em março de 1985, foi promulgada uma nova constituição para as Ilhas em substituição a de 1947. A nova Carta trouxe mudanças no status político do arquipélago, que passou a ter um autogoverno, o *Falkland Islands Government*. Contudo a defesa continuou a ser responsabilidade do Reino Unido.

⁷ O Produto Interno Bruto malvinês é de cerca de US\$ 155 milhões. Disponível em <<http://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/>> Acesso em 15 de novembro de 2012.

⁸ Censo realizado em 15 de abril de 2012 pelo Falkland Islands Government. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/assets/79-13P.pdf>> Acesso em 10 de julho de 2013.

Esta breve descrição não nos permite compreender o motivo pelo qual essas ilhas se tornaram objeto de disputa tão inflamada entre a Argentina e o Reino Unido.

A proposta deste artigo não é apresentar apenas uma explanação sobre o conflito de soberania que envolve este território, mas a ameaça para a segurança de todos os países da América do Sul, não somente Argentina, que o domínio britânico representa, comprovado pela militarização que empreende o Reino Unido nestas ilhas sem nenhuma justificativa plausível, sendo esta uma região pacífica (BUZAN, 2003).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Até hoje existem controvérsias sobre quem foi o descobridor das Ilhas Malvinas. Parte da doutrina histórica considera que foram descobertas por membros da expedição de Fernão Magalhães – a serviço do rei da Espanha em 1520 (ARNAUD, 2000). Desde então começaram a aparecer na cartografia europeia com diferentes nomes mesmo sem ninguém tê-las ocupado ainda. Naquela época as ilhas estavam dentro dos domínios espanhóis do Novo Mundo⁹.

O primeiro assentamento se estabeleceu no ano de 1764, quando o francês Louis Antoine de Bougainville, sob comando de uma expedição que zarpou do Porto de Saint-Maló, chegou às ilhas e fundou uma colônia de aproximadamente 30 pessoas. Na Ilha de Soledad fundou Port Louis, tomando posse formal em nome do rei da França.

A Espanha, ao ter conhecimento dessa situação, apresentou uma reclamação perante a França. Esta ao reconhecer que as ilhas faziam parte do território sob domínio espanhol, restituiu-as formalmente mediante indenização

⁹ Bulas Pontifícias de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas de 1494. A bula Inter Coetera, de 3 e 4 de maio de 1493, promulgada pelo Papa Alexandre VI, dividiu o mundo em duas partes, assegurando à coroa de Castela e à de Portugal todas as terras e ilhas do mar, descobertas e por descobrir no futuro, fixando como limite entre ambas potências uma linha imaginária traçada a 100 léguas a oeste de Cabo Verde e Açores. Ambas as partes se comprometiam a não entrar no território da outra com propósitos de descobrimento, comércio ou conquista. Os termos da bula desagradaram à Coroa Portuguesa. Para solucionar esse impasse, foi negociado em três de junho de 1494 o Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu um novo meridiano a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Disponível em: <http://www.centrodirittiumani.unipd.it/a_temi/normedu/007_testi%20storici/02.pdf> e <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1702/1/NeD70_AdrianoMoreira.pdf> Acesso em 11 de julho de 2013.

a Bougainville pelos gastos gerados pelo estabelecimento da colônia. A entrega formal se completou em 1767.

Lord George Anson, um pirata, voltando de uma viagem de pilhagens marítimas, propôs em 1744 à Coroa Inglesa invadir as Malvinas, pela importância de sua localização e para sua específica e oficial atividade de corsário. Assim, o britânico John Byron estabeleceu uma base militar e fundou uma colônia baleeira em Egmont, na Malvina Ocidental.

A Espanha, depois, declarou guerra à presença britânica nas ilhas. O rei espanhol Carlos III deu ordem ao governador de Buenos Aires para expulsar os ingleses. Uma pequena frota saída de Montevideú, sob comando de Juan Ignacio de Madariaga, rendeu rapidamente Puerto Egmont depois de alguns tiros de canhão. Pela primeira vez a Espanha ocupava realmente as ilhas. Seu primeiro governador espanhol foi Felipe Ruiz Puente, que construiu vários prédios e uma caserna, assim como uma pequena igreja cujo nome, *Nuestra Señora de la Soledad*, batizou a ilha.

Após o abandono britânico das ilhas, ficou consolidado o domínio espanhol sobre as mesmas, com uma sucessão de 32 administradores de 1787 até 1810 (TERRAGNO, 2006).

A OCUPAÇÃO ARGENTINA APÓS A INDEPENDÊNCIA

Em 1810, como consequência da Revolução de Maio e da instauração do primeiro governo local em Buenos Aires, foi ordenada a evacuação das ilhas, feito que se produziu em janeiro 1811. Os primeiros governos das Províncias Unidas do Rio da Prata consideravam as ilhas como integrantes do seu território herdado da Espanha por sucessão de Estados em aplicação ao princípio *uti possidetis iuris*¹⁰. Somente em 1820, o governo austral tomou posse oficialmente do arquipélago através de um ato público em Puerto Soledad, em que foi nomeado o coronel David Jewett o encarregado de tomar posse das ilhas. O oficial enviou cartas a todas as embarcações que se encontravam na zona informando-os que havia tomado posse do território em nome das Províncias Unidas. Ante a presença de baleeiros de várias

¹⁰ O princípio *uti possidetis iuris* estabelece a intangibilidade das fronteiras estabelecidas na época colonial (BOLOGNA, 1983, p 777).

nacionalidades, entre eles ingleses e estadunidenses, foi hasteada a bandeira argentina.

Em 10 de junho de 1829, o governo de Buenos Aires criou o Comando Político e Militar das Malvinas¹¹ com jurisdição sobre as ilhas adjacentes ao Cabo Horn no oceano Atlântico. Luis Maria Vernet foi designado como o primeiro comandante argentino das Ilhas Malvinas. Sua administração logrou ativar a economia da região, fomentou a chegada de investimentos e o estabelecimento de uma população para as ilhas.

Em 30 de junho 1830, três embarcações pesqueiras estadunidenses que estavam violando as normas estabelecidas sobre a caça de focas foram apresadas por ordens de Vernet, após serem advertidas em diversas oportunidades de que seriam detidas pelas infrações. Uma das embarcações, a Harriet, foi conduzida a Buenos Aires para que seu capitão fosse submetido a julgamento. Vernet também se dirigiu a Buenos Aires para dar explicações sobre o ocorrido. O cônsul dos Estados Unidos em Buenos Aires protestou e ameaçou com represálias; exigiu que Vernet fosse punido, alegando que não tinha o direito de apreender navios pesqueiros de seu país em águas adjacentes ao Cabo Horn e exigiu que a embarcação fosse devolvida.

Em meio à crise, em novembro de 1831, o diplomata John Woodbine Parish, encarregado dos negócios britânicos, protestou contra o decreto que dois anos antes havia criado o Comando Político e Militar das Malvinas, alegando que os britânicos tinham direitos sobre as Ilhas.

Para agravar ainda mais a situação, os Estados Unidos enviaram para Buenos Aires o navio de guerra Lexington, sob o comando do capitão Silas Duncan, para defender os interesses estadunidenses nas ilhas. Diante da negativa argentina – que havia deixado o assunto nas mãos do Ministério da Guerra e Marinha – Duncan e seu pelotão se dirigiram à Puerto Soledad. Ao chegar à capital malvinense, erigiu a bandeira estadunidense, tomou como prisioneiro o representante substituto de Vernet, Mattheu Brisbane, destruiu todas as instalações militares, matou o gado, inutilizou os canhões, confiscou a artilharia, ocupou edifícios, saqueou as casas, prendeu vários habitantes e

¹¹ Archivo General de La Nación. Libro Colonia, p. 57. Disponível em: <<http://www.mininterior.gov.ar/archivo/xtras/libroColonia.pdf>> Acesso em: 21 de março de 2013.

partiu declarando a ilha livre de todo governo e deixando em ruínas e semi despovoada a colônia argentina.

Ao tomar conhecimento destes acontecimentos, a Argentina protestou contra os Estados Unidos, exigiu reparações e rompeu relações diplomáticas. Luis Vernet foi removido do seu cargo e nunca mais voltou às ilhas. Em 10 de setembro de 1832, o governo de Buenos Aires nomeou um novo Comandante Político e Militar, Esteban Mestivier e enviou um navio de guerra para restabelecer a segurança sob o comando de José Maria Pinedo.

A OCUPAÇÃO MILITAR BRITÂNICA

No dia 2 de janeiro de 1833, chegou a Puerto Soledad um navio de guerra britânico, o Clio, sob o comando de John James Onslow. O capitão do Clio informou a Pinedo que havia chegado com a ordem de se apossar das ilhas em nome de sua Majestade Britânica e o intimou a abandonar o território. Pinedo protestou energicamente, mas a falta de recursos resultante da destruição provocada pelo capitão estadunidense Silas Duncan o deixou incapaz de oferecer resistência. No dia seguinte foi hasteada a bandeira britânica em lugar da bandeira argentina. Em cinco de janeiro, Pinedo retornou a Buenos Aires.

Este ato de força perpetrado em tempos de paz sem comunicação nem declaração prévia foi imediatamente objeto de protesto pelas autoridades argentinas. Em 16 de janeiro de 1833, o governo argentino pediu explicações ao encarregado dos negócios britânicos em Buenos Aires e dias mais tarde o ministro das relações exteriores apresentou um protesto formal ao funcionário britânico, que seria renovado e ampliado em várias oportunidades pelo diplomata argentino em Londres. Diante da falta de respostas por parte das autoridades britânicas, em 1884, a Argentina ameaçou levar o tema a uma arbitragem internacional. O Reino Unido respondeu que não havia discussão possível sobre seus direitos sobre as ilhas.

Desde então a Argentina não cessou de reclamar as ilhas, tanto a nível bilateral como em diversos foros internacionais promovendo a adoção de

resoluções que chamavam as duas partes a resolver a controvérsia e declarações de apoio à posição argentina¹².

No ano de 1971 houve uma aproximação importante entre as partes através da Declaração Conjunta de 1º de Julho em Madri¹³, mediante a qual se propunha a adoção de uma série de medidas que se fossem aplicadas teriam significado um avanço fundamental para a solução definitiva da disputa (GARCÍA, 2008). O documento buscava facilitar o livre movimento de pessoas e de bens entre a Argentina e as ilhas em ambas as direções.

A esta declaração foram agregados dois outros acordos assinados durante o ano de 1972. O primeiro, relativo a uma construção de um aeródromo nas ilhas pelas autoridades argentinas, e o segundo, consequência do primeiro, a abertura de uma agência da empresa argentina Líneas Aéreas del Estado (LADE) em Port Stanley e a inauguração de um serviço aéreo regular entre as ilhas e a Argentina¹⁴. Esta política de comunicações representou um marco extraordinário que caminhava para um clima de confiança favorável de aproximação entre argentinos e britânicos como nunca antes se havia produzido. Tanto que o embaixador argentino Carlos Ortiz

¹² Só nos últimos anos a Argentina fez as seguintes reclamações: carta de 10 de maio de 2005 dirigida ao secretário-geral pelo representante permanente da Argentina nas Nações Unidas no qual o governo argentino protestava pela inclusão das Ilhas Malvinas, as Ilhas Georgias do Sul e Sandwich do Sul no anexo II do título IV da parte III do Tratado Constitucional da União Europeia assinado em 29 de outubro de 2004, afirmando também que a inclusão destes territórios no Tratado não afetava de modo algum à soberania da República Argentina sobre os mesmos. Carta com data de 3 de janeiro de 2006 dirigida ao secretário-geral pelo representante permanente da Argentina nas Nações Unidas onde transmitiu o texto de uma declaração dada pelo governo argentino na ocasião de um novo aniversário da “ocupação ilegítima das Ilhas Malvinas pelo Reino Unido”. A comunidade internacional também se pronunciou reiteradamente instando a República Argentina e o Reino Unido a retomarem sem demora as negociações acerca da soberania na III Cúpula Sul-americana em 2004, na Cúpula de Brasília da América do Sul - Países Árabes celebrada em 11 de maio de 2005, na Cúpula da União Europeia – Grupo do Rio celebrada em Luxemburgo, em 2 de abril de 2012, a secretária-geral na UNASUL levou às Nações Unidas uma declaração de apoio à Argentina na questão das Malvinas, em 28 de janeiro de 2013, os 33 chefes de Estado da CELAC reunidos em Santiago, Chile, reiteraram em documento oficial, “seu mais firme respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa da soberania sobre as Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.”

¹³ Declaração Conjunta entre a Argentina e o Reino Unido. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/1971_-_declaracion_conjunta_entre_argentina_y_el_reino_unido_facsimil.pdf> Acesso 14 de junho de 2013.

¹⁴ *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina, Tomo XII: Diplomacia de Malvinas, 1945-1989, de los acuerdos sobre Comunicaciones al incidente del Sackleton, 1971-1976.* Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/12/12-07.htm>> Acesso em 15 de março de 2013.

Rosas declarou as seguintes palavras ao jornal argentino La Nación em 1º de abril de 2006:

Posso assegurar que havia um acordo em função do qual, passados alguns anos, se reconheceria a soberania plena argentina, como aconteceu com Hong-kong. A última rodada negociações com os ingleses aconteceu em 27 e 28 de fevereiro e em 1º de março de 1982 (Tradução do autor).¹⁵

Em novembro de 1975, a Argentina comunicou às Nações Unidas que as negociações com o Reino Unido estavam rompidas e em março de 1976, o governo sofreu um golpe de estado e foi substituído por uma ditadura militar que se prolongou até pouco depois da Guerra das Malvinas.

A GUERRA PELAS MALVINAS

Corriam os primeiros dias do ano 1982. A ditadura militar argentina estava há seis anos no poder e já havia esgotado todos os meios lícitos e ilícitos à sua disposição na chamada “*lucha contra La subversión*” (BERRUTTI, 1975) e uma grave crise econômica naufragava a economia. O regime perdia apoio político e crescia a oposição nos distintos setores da sociedade. Em artigo publicado em 2007, o coronel José Luis García, Oficial do Estado-maior argentino revela que havia anseios de um contragolpe por parte do Exército.

Os setores que arquitetavam a Defesa Nacional argentina estavam lidando até esse momento com a luta contra a “subversão interna” conduzida supostamente pelo comunismo. Todas as forças de repressão do Estado estavam empregadas nessa luta que culminou no “Terrorismo de Estado”. Em nenhum momento a recuperação das ilhas do Atlântico Sul, usurpadas pelo Reino Unido, no entendimento cultural argentino, foi uma hipótese de guerra provável (GARCÍA, 2007).

O estopim para a Guerra das Malvinas teve início em 19 de março de 1982. Neste dia chegou a Ilha de São Pedro, Georgias do Sul, um empresário argentino, Constantino Davidoff a bordo do navio Bahía Buen Suceso com 41

¹⁵ Entrevista do Embaixador argentino Carlos Ortiz de Rozas concedida ao periódico La Nación: *Al menos, estoy seguro de que habría un acuerdo en virtud del cual, pasados unos años, se reconocería la soberanía plena argentina, como fue con Hong Kong. La última ronda negociadora con los ingleses fue el 27 y 28 de febrero y el 1º de marzo de 1982.* Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/793783-sin-guerra-ya-serian-nuestras-las-malvinas>> Acesso 16 de março de 2013.

trabalhadores a Bordo para cumprir um contrato que havia celebrado com uma empresa privada de Edimburgo; o contrato consistia em desmanchar umas instalações baleeiras fora de uso. Ao desembarcar em Puerto Leith se encontraram com três membros da *British Antarctic Survey* (BAS)¹⁶ que advertiram ao capitão da embarcação que deveriam embarcar todos os materiais desembarcados anteriormente e ancorar em Grytviken (instalação britânica). Diante da negativa dos argentinos, o fato foi comunicado ao governador das ilhas e posteriormente a Londres. Entretanto a mensagem transmitida foi a de que um grupo de civis e militares argentinos havia invadido a Ilha de São Pedro (MORO, 2006).

Em 20 de março, Londres apresentou um protesto e exigiu que as pessoas que desembarcaram nas Georgias abandonassem as ilhas imediatamente, caso contrário, o governo inglês tomaria medidas que considerasse convenientes.

No dia 21 de março, um grupo de militares embarcou das Malvinas no navio *Emdurance* para Porto Leith com o objetivo de expulsar os trabalhadores argentinos, sob as ordens do governador das Malvinas, Rex Hunt.

Em 26 de março, o alto comando militar argentino, junto com o chefe de operações do Estado-maior, Mario Benjamín Menéndez, se reuniu e decidiram executar a chamada “Operação Azul”. Esta operação consistia no desembarque de militares nas Ilhas Malvinas para desalojar os militares e autoridades britânicas e recuperar a posse do arquipélago, sem exercer a violência (MORO, 2006). A racionalidade no emprego do poder militar foi substituída pela irracionalidade baseada em uma absurda esperança.

O desembarque dos militares argentinos não aconteceu em Porto Stanley, como se esperava nas Malvinas, mas a quatro quilômetros ao sul. Rapidamente, os militares argentinos chegaram à sede do governo malvinês, onde o governador Hunt logo se rendeu (MORO, 2006).

A guarnição da marinha britânica, que contava com poucas armas, foi facilmente vencida. O general de brigada Mario Benjamin Menéndez assumiu o

¹⁶ O “British Antarctic Survey” é parte do “Natural Environment Research Council”, responsável pelos estudos e pesquisas científicas britânico no continente antártico e adjacências. *British Antarctic Survey, Our Organization.* Disponível em: <http://www.antarctica.ac.uk/about_bas/our_organisation/index.php> Acesso em 30 de junho de 2013.

governo militar das ilhas. Os britânicos, após denunciarem a invasão, começaram a se mobilizar.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a agressão argentina e exigiu o fim imediato das hostilidades e a retirada imediata das tropas argentinas das Ilhas Malvinas¹⁷. A imagem internacional do regime militar argentino não poderia ser pior, além das seguidas denúncias de violações aos direitos humanos que acumulavam desde que tomaram o poder: agora a Argentina era vista como agressora e o Reino Unido como a vítima.

Por outro lado, no âmbito regional americano, em 26 de abril de 1982, a Comissão de Trabalho da Conferência de Ministros das Relações Exteriores do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁸, adotou uma resolução na qual respaldava a reivindicação de soberania argentina sobre as ilhas, exortava o Reino Unido a cessar de maneira imediata as hostilidades e pedia que as partes encontrassem uma solução pacífica para o conflito. Pelo tratado firmado em 1947, um ataque de uma potência extracontinental contra um dos membros seria considerado como um ataque contra todos, mas a conduta posterior estadunidense, de franco apoio aos britânicos, desvirtuou completamente este tratado de assistência recíproca. Abruptamente, uma inesperada corrente de latinoamericanismo patriótico tomou conta do povo argentino, que sempre olharam com certo desdém aos seus vizinhos sul-

¹⁷ Conselho de Segurança, resolução 502, de 3 de abril de 1982. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N82/165/87/PDF/N8216587.pdf?OpenElement>> Acesso em 25 de junho de 2013.

¹⁸ As disposições pertinentes ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado no Rio de Janeiro em setembro de 1947, estabelece que: “Art. 1º As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e se obrigam, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições da Carta das Nações Unidas ou do presente Tratado.”, “Art. 2º Como consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter toda controvérsia, que entre elas surja, aos métodos de soluções pacífica e a procurar resolvê-la entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano, antes de referi-la à Assembleia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.”, “Art. 3º 1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.; 2. Por Solicitação do Estado ou dos Estados diretamente atacados, e até decisão do órgão de consulta do Sistema Interamericano, cada uma das Partes Contratantes poderá determinar as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente e de acordo com o princípio da solidariedade continental. O Órgão de Consulta reunir-se-á sem demora, a fim de examinar essas medidas e combinar as de caráter coletivo que seja conveniente adotar. ...”. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/TRAT0005.pdf>> Acesso em 27 de junho de 2013.

americanos. Estes foram os únicos que na hora mais delicada do conflito lhes mostraram seu apoio (HERREN, 2002).

Pouco tempo depois de haver começado a guerra, ficou em evidência a superioridade militar britânica e a falta de recursos e de capacidade dos soldados argentinos. O exército argentino se rendeu em 14 de junho de 1982.

OS DIREITOS BRITÂNICOS SOBRE AS MALVINAS

A primeira vez que o Reino Unido se manifestou claramente com relação aos seus direitos sobre as Ilhas Malvinas foi expressa por Cortes Ewing King, delegado deste país no Subcomitê III do Comitê Especial encarregado de examinar a aplicação da Declaração Sobre a Independência dos Países e Povos Coloniais, também conhecida como Comitê dos 24¹⁹ em 1964. E.C. King expressou que o governo de Sua Majestade não desejava discutir em detalhe acontecimentos de um passado distante, mas estava convencido de que as atividades britânicas de épocas anteriores haviam sido suficientes para dar-lhes bons títulos sobre as Ilhas Malvinas por ocupação; ademais, o estabelecimento da soberania britânica, mediante uma aberta, efetiva, contínua e pacífica ocupação por quase um século e meio daria ao Reino Unido um claro título prescritivo. A Argentina não reivindicara constantemente desde 1833 como dissera seu representante, mas guardara silêncio por espaços de até trinta e cinco anos²⁰.

De acordo com esta manifestação, os direitos do Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas se baseariam em “ocupação” e “prescrição”. Com o conflito e a redemocratização que se seguiu na Argentina, o Reino Unido substituiu esse discurso pelo de que os habitantes do arquipélago têm direito à autodeterminação, uma vez que são uma população assentada nele há mais de um século. Esta situação lhes outorgaria o direito a autogoverno.

Entretanto, atualmente, a maior parte dos habitantes das Malvinas está composta por imigrantes, trazidos como mão de obra barata para as

¹⁹ O Comitê Especial de Descolonização é um organismo das Nações Unidas criado em 1961 para acompanhar e impulsionar o processo de descolonização dos territórios autônomos sob a administração das potências coloniais com o propósito de por fim ao colonialismo. *Committee of 24 (Special Committee on Decolonization)*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/specialcommittee.shtml>> Acesso em 15 de abril de 2013.

²⁰ O representante inglês se referia ao silêncio da Argentina de 1849 a 1884 e de 1888 a 1908 (BOLOGNA, 1983, p. 776).

companhias pesqueiras e petroleiras, cuja característica é a de ser uma população transitória pronta para emigrar caso seus interesses não sejam satisfeitos ou seus contratos tenham terminado (DELGADO, 2012).

O Reino Unido tem usado todos os meios políticos ao seu alcance para procrastinar a Questão Malvinas. A frase “o Governo de Sua Majestade não tem dúvidas sobre seus direitos sobre as [...]” se tornou o ritual que todos os representantes deste país pronunciam como resposta a qualquer reclamo argentino sobre as Malvinas. O silêncio do Reino Unido corrobora ainda mais para sustentar os argumentos dos que defendem a ilegitimidade de sua presença no Atlântico Sul.

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DAS MALVINAS

O arquipélago goza de grande importância geoestratégica, devido à proximidade com a Antártica. Para quem deseja reivindicar direitos sobre o continente gelado, a posse desse território auxiliaria o Reino Unido em embates futuros com outras potências em torno da ocupação e exploração desse pedaço do globo.

A Questão Malvinas, nestes seus 180 anos de luta diplomática, não é somente o conflito territorial mais antigo do mundo (DELGADO, 2012) ou, como considera as Nações Unidas, um caso especial e particular de colonialismo. Ter a posse desse arquipélago permite o controle da parte sul do Oceano Atlântico, das rotas marítimas que ligam a América do Sul com a África, conecta com o continente antártico e com os países do Pacífico através do Estreito de Magalhães e com a Passagem de Drake, os quais têm uma enorme importância econômica e geopolítica.

Ademais de todas essas vantagens proporcionadas pela sua localização, as Malvinas ainda possuem um potencial energético, ao que parece, desde antes da guerra. O jornal italiano Paese Sera, na edição de 3 de abril de 1982, chegou a noticiar que a invasão das Malvinas por parte da Argentina havia sido produzida por previsões da ocorrência de petróleo na região e talvez com o objetivo de desviar a atenção do povo dos problemas internos e da desastrosa situação econômica que enfrentava o país (BANDEIRA, 2012).

Figura 2: Localização das Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul (em destaque).



Fonte: Adaptado do Conjuntura Internacional – PUC Minas, Brasil, 2013.

De fato, a possibilidade de existir petróleo nas Malvinas é verdadeira. Em 1993, a *British Geological Survey* chegou a anunciar a existência de uma zona de exploração de petróleo de 200 milhas em torno do arquipélago e dados geológicos indicavam substanciais reservas com estimativas de produção de 60 bilhões de barris²¹. Contudo, analistas da *Edison Investment*

²¹ NIKANDROV, Nil. *Oil war in South Atlantic: Great Britain vs. Latin America Strategic Culture*

Research afirmam que o único campo comprovado é o de Sea Lion com um tamanho quase ao descoberto no Mar do Norte da Grã-Bretanha, 550 milhões de barris. As reservas do campo Sea Lion estão sendo exploradas pela companhia Rockhopper. E Falkland Oil and Gas Limited e a Borders & Southern Petroleum e desde 2012 passaram a prospectar no sudeste do arquipélago²².

AS MALVINAS E A SEGURANÇA SUL-AMERICANA

Segundo Oscar Medeiros Filho, doutor em Ciência Política pela USP, existe uma grande variação quanto às percepções sobre ameaças à segurança dos Estados sul-americanos. As principais ameaças dizem respeito aos seguintes fenômenos: a) ameaças clássicas: geralmente um problema de fronteira com um país vizinho, como o legado pela Guerra do Pacífico (1879-1883), envolvendo a Bolívia, Chile e Peru; b) ameaças internas: grupos armados que colocam em risco o monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado, ligados a subversão e/ou ao crime organizado. É o caso da Colômbia com as guerrilhas e os paramilitares; c) ameaças transnacionais: relativa a todo tipo de ilegalidade ligada a redes internacionais de crime. Esse tipo de ameaça é percebido como a fragilidade do Estado diante dos problemas que transpõem suas fronteiras. Exemplo disto são os grupos criminosos ligados ao tráfico internacional de armas, dinheiro e drogas e d) ameaças extrarregionais: esse tipo de ameaça diz respeito à possibilidade de conflito envolvendo países sul-americanos e uma potência externa ao subcontinente. É o caso da militarização das Ilhas Malvinas, visto com muita preocupação pelos países sul-americanos.

Em sua intervenção durante a Cúpula da Comunidade dos Países Latino-americanos e Caribenhos - CELAC em 2010 no México, o então presidente Lula declarou:

Foundation. Disponível em: <<http://www.strategic-culture.org/news/2012/02/07/oil-war-in-south-atlantic-great-britain-vs-latin-america.html>> Acesso em 13 de agosto de 2013.

²² KOLLEWE, Julia. *Talk of Falklands oil boom heightens tensions as war anniversary nears. Up to 8.3bn barrels of oil could be up for grabs, ramping up tensions as the 30th anniversary of the war between the UK and Argentina approaches. The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/blog/2012/feb/16/talk-falklands-oil-boom-tensions-anniversary>> Acesso em 15 de agosto de 2013.

Qual é a explicação geográfica, política e econômica da Inglaterra estar nas Malvinas? Qual é a explicação das Nações Unidas nunca terem tomado esta decisão? Não é possível que a Argentina não seja dona (das Malvinas) e seja a Inglaterra a 14 mil quilômetros de distância²³.

Em 2013, mais uma vez no Chile, como ocorrera em 2011 na Venezuela, a CELAC emitiu um comunicado especial sobre as Ilhas Malvinas:

As chefes e Chefes de Estado e de Governo de América Latina e do Caribe, reunidos em Santiago, Chile, em 28 de janeiro de 2013, no marco da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), reiteram seu mais firme respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes e o permanente interesse dos países da região em que os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem as negociações a fim de encontrar, o mais breve possível, uma solução pacífica e definitiva para a dita disputa, em conformidade com os pronunciamentos pertinentes a Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), tal como manifestaram as anteriores Declarações do Grupo Rio e da Cúpula de América Latina e Caribe (CALC), em especial a Cúpula da Unidade, celebrada na Riviera Maia no México, em 23 de fevereiro de 2010, que integram o acervo histórico da CELAC²⁴.”

A proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) em 2008 no âmbito da UNASUL surpreendeu a todos em virtude da magnitude da proposta que levou decisores tão distintos a concordar em negociar sobre temas caros às históricas visões de soberania e temas militares (DONADIO, 2011). O CDS se distingue de outras experiências da arquitetura de defesa e segurança americanas como a OEA por não ter a interferência direta dos Estados Unidos e centralizar sua atenção explicitamente em assuntos de defesa, visando também, formar uma cultura estratégica comum da América do Sul²⁵. Percebemos que as questões de segurança foram legadas a um segundo plano se comparadas as de defesa, ou seja, o foco principal do CDS está em ameaças do tipo extrarregionais. E a Questão Malvinas é a maior

²³ Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_lula_malvinas_rc.shtml> Acesso em 14 de agosto de 2013.

²⁴ Comunicado Especial Sobre as Ilhas Malvinas, CELAC, Santiago, Chile, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/celac_2013_-_comunicado_especial_islas_malvinas.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2013.

²⁵ Estatuto do Conselho de Defesa da UNASUL, artigo 4, b. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/11/27/11272dcbdad1a64e7b7daa8a627ed68/Estatutos-de-creacion-Consejo-de-Defensa-Suramericano.pdf>> Acesso 15 de julho de 2013.

ameaça desse tipo no continente. Passaremos a elucidar a seguir a dimensão da ameaça que o Reino Unido representa nas Ilhas Malvinas.

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte mantém nas Malvinas a maior base militar do Atlântico Sul: são 1650 soldados, aviões caça supersônicos, Tornado F-3, aviões EC-130 de monitoramento eletrônico, helicópteros antissubmarinos, uma fragata lança mísseis, lanchas torpedeiras, um grande jato VC-10/T, de reabastecimento em voo, um destróier HMS Dauntless lançador de mísseis Tomahawk²⁶, um submarino nuclear, uma pista de pouso de 2.590 metros de extensão, um porto de águas profundas (Mare Harbour), para submarinos nucleares e um porta-aviões, todos empenhados em uma operação permanente de monitoramento do espaço aéreo da região²⁷.

Esta poderosa base militar serve a vários propósitos, alguns deles nem sempre confessados. O mais inocente é o de proteger os 2.563 malvinenses (uma proporção de um soldado para cada 1,6 habitantes). Mas o verdadeiro e oculto objetivo é o de operar como base de apoio e de projeção geoestratégica da OTAN com a missão de controlar o transporte de materiais estratégicos (petróleo e gás), favorecer as companhias europeias na exploração de recursos renováveis e não renováveis na plataforma continental sul-americana e favorecer o acesso do Atlântico Sul ao Pacífico e do Atlântico à Antártica em consonância com o conceito estratégico da OTAN (BRUZZONE, 2012).

A Estratégia de Segurança Nacional, elaborada no Reino Unido em 2010, estabelece que a demanda pelo controle e acesso aos recursos naturais gerará conflitos entre os países pelo seu controle; principalmente por água doce, alimentos, terras raras, úteis para a indústria, especialmente para a tecnologia militar, os quais poderão afetar grandemente a setores de sua população e aos industriais ingleses. Estabelece ainda que esta situação obrigará o Reino Unido a proteger seus interesses ao redor do mundo, chegando inclusive ao uso coercitivo da força caso seja necessário²⁸.

²⁶ O BGM-109 Tomahawk, também conhecido como Tomahawk Land Attack Missile, é um míssil de cruzeiro, subsônico, de longo alcance que pode ser lançado de uma plataforma de superfície, como navios de guerra e submarinos. Fonte: <http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/BGM-109_Tomahawk.html> Acesso em: 18 de julho.

²⁷ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,malvinas-abrigam-maior-base-militar-do-atlantico-sul,11399,0.htm>> Acesso em 28 de julho de 2013.

²⁸ *Securing Britain in Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review*. Disponível em: <http://www.direct.gov.uk/prod_consum_dg/groups/dg_digitalassets/@dg/@en/documents/digit

Estas ilhas estão localizadas na região subantártica pelo que sua militarização viola o estabelecido no Tratado Antártico. Para dissimular suas reais intenções, o Reino Unido declarou em 2011 uma zona de exclusão de um milhão de milhas náuticas ao redor das ilhas como reserva natural e ecológica para defesa do meio ambiente e da biodiversidade. Com isto, segundo o governo de Sua Majestade, a base militar das Georgias do Sul se dedica à proteção do meio ambiente e não militariza de nenhuma maneira a Antártica.

No entanto, a Argentina vem denunciando sistematicamente perante a comunidade internacional a militarização da região e a realização de exercícios militares:

[...] Neste contexto, cabe recordar a representação que realizara a República Argentina em 10 de fevereiro passado, ante a presidência do Conselho de Segurança, o Secretário Geral e o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas alertando sobre a crescente militarização britânica no Atlântico Sul. Naquela oportunidade meu país denunciou o envio regular de navios militares —nestes momentos navega para o Atlântico Sul, o destróier HMS Edinburgh—, o emprego de submarinos nucleares com capacidade de portar armamento nuclear para “patrulhar” o Atlântico Sul e a grande demonstração de poder militar britânico nas Ilhas Malvinas pela realização de exercícios de tiro aeronaval [...] (Tradução livre do autor)²⁹.

A militarização do Atlântico Sul é uma aberta violação ao parágrafo 3º da Resolução 41/11 das Nações Unidas que declara a região uma Zona de Paz e Cooperação:

Todos os Estados de todas as regiões, em especial os Estados militarmente importantes, devem respeitar escrupulosamente a região do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, em particular, mediante a redução e eventual eliminação de sua presencia militar na supracitada região, a não introdução de armas nucleares ou de outras armas de destruição em massa e a não extensão á região de

alasset/dg_191634.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2013.

²⁹ Carta dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança pelo Representante Permanente da Argentina nas Nações Unidas em 5 de outubro de 2012, parágrafo 5. *“En este contexto, cabe recordar la presentación que realizara la República Argentina el 10 de febrero pasado, ante la presidencia del Consejo de Seguridad, el Secretario General y el Presidente de la Asamblea General de las Naciones Unidas alertando sobre la creciente militarización británica en el Atlántico Sur. En dicha oportunidad mi país denunció el envío regular de buques militares —en estos momentos navega hacia el Atlántico Sur el destructor HMS Edinburgh—, el empleo de submarinos nucleares con capacidad de portar armamento atómico para ‘patrullar’ el Atlántico Sur y el gran despliegue de poder militar británico en las Islas Malvinas y la realización de prácticas de tiro aeronaval.”* Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2012/763>> Acesso em 10 de agosto de 2013.

rivalidades e conflitos que lhe sejam alheios. (Tradução livre do Autor)³⁰

Soma-se a tudo isso a reativação do IV Frota³¹ pela Marinha dos Estados Unidos em 2008. Essa decisão unilateral do governo estadunidense levou preocupação aos países latino-americanos, apesar de garantirem que suas embarcações somente serão utilizadas em “operações de paz, de assistência humanitária e de socorro em caso de desastres naturais”. Porém as palavras do Almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, sobre o objetivo da IV Frota teve um tom de advertência:

Nossa missão será proteger os mares da região, daqueles que ameaçam o fluxo livre do comércio internacional. O foco da IV Frota estará nas ações humanitárias, mas que ninguém se engane porque esta frota estará pronta para qualquer operação, a qualquer hora e em qualquer lugar, num máximo de 24 a 48 horas³².

Segundo o chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, James Starvidis, a IV Frota, ao contrário das outras frotas em atividade, não terá embarcações permanentemente presentes em sua região de atuação. Se for preciso, em poucos dias os militares poderão reunir em águas latino-americanas e caribenhas uma força composta por 22 barcos, sendo treze fragatas com mísseis, quatro cruzadores com mísseis, quatro destróieres com mísseis e um navio-hospital.

Uma demonstração militar dessa magnitude já seria suficiente para justificar a preocupação dos governos latino-americanos, mas os EUA ainda forneceram outro elemento ao nomear para o comando da IV Frota um “cão de guerra”, o contra-almirante Joseph Kernan. Oriundo do grupo Seal, uma força

³⁰ Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: *“Calls upon all States of all other regions, in particular the militarily significant States, scrupulously to respect the region of the South Atlantic as a zone of peace and co-operation, especially through the reduction and eventual elimination of their military presence there, the non-introduction of nuclear weapons or other weapons of mass destruction and the non-extension into the region of rivalries and conflicts that are foreign to it.”* Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>> Acesso em 2 de agosto de 2013.

³¹ A Quarta Frota foi estabelecida em 1943 para patrulhar submarinos nazistas nas águas da região da América Latina. Com o fim da guerra ela foi absorvida pela II Frota e desmobilizada em 1950. Em abril de 2008, foi anunciado o retorno das suas operações. Ela é responsável pela operação de cerca de 15 mil soldados, e vinte e quatro de navios, e aeronaves embarcadas da marinha estadunidense atuantes no Caribe, América Central e do Sul. *America's Navy. Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet.* Disponível em: <http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606> Acesso em: 10 de agosto de 2013.

³² Fonte: <<http://rsurgente.opsblog.org/2008/07/21/a-reativacao-da-iv-frota-e-a-america-latina/>> Acesso em 13 de junho de 2013.

de elite dos Fuzileiros Navais especializada em missões sigilosas, Kernan tem em seu currículo a participação no planejamento das invasões do Afeganistão e do Iraque³³.

A magnitude dessas ameaças para a América do Sul resulta ser ainda maior quando analisamos o desenvolvimento da crise econômica pela qual os Estados Unidos e a Europa têm atravessado. De acordo com (ASSIS, s/p apud LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2007):

Diante desse quadro, a retomada do dinamismo econômico dos países da América do Sul passa necessariamente pela estratégia da integração social e produtiva, nos termos de um plano global que se encontra em processo de formulação no Brasil e em outros países sul-americanos. Esse plano parte de uma avaliação social, política e econômica da situação regional no contexto mundial dominado pela maior crise da história do capitalismo. De fato, em sua dimensão financeira, a crise atual não tem paralelo. Seu impacto ainda é desconhecido. A Grande Depressão dos anos 30, a mais profunda até aqui na história do capitalismo, não assistiu à quebra de um único grande banco e de nenhuma grande corporação norte-americana³⁴.

Numa análise clássica de segurança, as Malvinas representam a pedra no sapato da defesa sul-americana; um incômodo tão somente comparável ao que Cuba representou aos Estados Unidos nos anos 1960.

³³ Fonte: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15131> Acesso em 14 de junho de 2013.

³⁴ Artigo publicado no Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=640>> Acesso em 1º de agosto de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as Malvinas são argentinas e sul-americanas por herança espanhola e segundo o princípio *uti possidetis iuris*. A posse do arquipélago pelo Reino Unido se deu por um ato de força militar, e por tanto, não há legitimidade nele. A atitude bonapartista do Regime Militar argentino de tomar as ilhas também pela força não deslegitima nem prescreve o reclamo argentino.

A base militar de Mount Pleasant, construída pelo Reino Unido, e toda sua demonstração de poder gerou um efeito spillover, fazendo com que um conflito de soberania de caráter bilateral passasse a ser percebido e tratado como uma questão de segurança continental, evidenciado pelos firmes respaldos que a Argentina recebe da CELAC e da UNASUL, como também pela criação do Conselho de Defesa Sul-americano.

Recentemente, à importância estratégico-militar, que as Malvinas sempre tiveram para o Reino Unido, somou-se a importância econômica, com a descoberta de petróleo e gás natural nas ilhas. As expectativas quanto ao potencial econômico das reservas resultam animadoras e coincidem com um momento de profunda crise econômica global, com efeitos ainda mais incidentes sobre a economia europeia. A América do Sul se perfila como um novo cenário da disputa mundial pelos recursos naturais que envolvem as potências mundiais tanto quanto os países em desenvolvimento.

Entendemos que a criação do Conselho de Defesa Sul-americano é uma demonstração de que os países da América do Sul estão sensíveis às questões de defesa e segurança contra ameaças extrarregionais e que a presença do Reino Unido, e indissociavelmente da OTAN, nas ilhas do Atlântico Sul representa uma séria ameaça à segurança do conjunto dos países sul-americanos e não apenas a um deles.

REFERÊNCIAS

DELGADO, C. A. Biangardi, **Cuestión Malvinas – Atlántico Sur, Plataforma Continental e Antártica**. Revista de Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais da Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, nº 42, p. 135-150, 2012.

TERRAGNO, Rodolfo H., **Historia y futuro de las Malvinas**. Buenos Aires, Livrería Editorial Historica Emilio J. Perrot, 2006.

ARNAUD, Vicente Guillermo, **Las islas Malvinas. descubrimiento, primeros mapas y ocupación**. Buenos Aires, Academia Nacional de Geografía, Publicação Especial. 2000.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole, **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2003.

BOLOGNA, Alfredo Bruno, **Los derechos de la Republica Argentina sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur (San Pedro) y Sandwich del Sur**. Buenos Aires, Ediar, 1983.

GARCÍA, José Luis. **La Guerra del Atlántico Sur. Su Gestión, Desarrollo y Epílogo Parcial**. Buenos Aires, CEMIDA, 2012.

BERRUTTI, Camilo Hugo Rodríguez. **Malvinas, Última Frontera Del Colonialismo**. Buenos Aires, Asociación Argentina de Derecho Internacional, 1975.

MORO, Ruben Oscar, **La guerra inaudita: historia del conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, Edivern, 2006.

HERREN, R., **Malvinas, 20 años después, Un relato en cuatro entregas**. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/especiales/2002/03/internacional/malvinas/herren/llego-la.html>> Acesso em 29 de junho de 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica**. Revista Espaço Acadêmico nº 132, 2012.

DONADIO, Marcela. **Visões Estratégicas da América do Sul**. Comparando a Defesa Sul-americana. Recife, Editora Universitária UFPE, 2011.

FILHO, Oscar Medeiros. **Defesa, Segurança e Percepções Militares na América do Sul**. Comparando a Defesa Sul-americana. Recife, Editora Universitária UFP, 2011.

BRUZZONE, Elsa. **Malvinas: aportes políticos y estratégicos para su consideración**. Buenos Aires, CEMIDA, 2012.

Falkland Islands Government, **Our Home**. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/our-home/>> Acesso em 12 de novembro de 2012.

Falkland Islands Government. **Self sufficiency**. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/>> Acesso em 15 de novembro de 2012.

Census 2012: Full Results and Analysis. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/assets/79-13P.pdf>> Acesso em 10 de julho de 2013.

BULA "Inter Coetera". Disponível em: <http://www.centrodirittiumani.unipd.it/a_temi/normedu/007_testi%20storici/02.pdf> Acesso em 11 de julho de 2013.

Tratado de Tordesilhas. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1702/1/NeD70_AdrrianoMoreira.pdf> Acesso em 11 de julho de 2013.

Archivo General de la Nación. Libro Colonia. Disponível em: <<http://www.mininterior.gov.ar/archivo/xtras/libroColonia.pdf>> Acesso em: 21 de março de 2013.

Declaração Conjunta entre a Argentina e o Reino Unido. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/1971_-_declaracion_conjunta_entre_argentina_y_el_reino_unido_facsimil.pdf> Acesso 14 de junho de 2013.

Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina, Tomo XII: Diplomacia de Malvinas, 1945-1989, de los acuerdos sobre Comunicaciones al incidente del Sackleton, 1971-1976. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/12/12-07.htm>> Acesso em 15 de março de 2013.

"Sin guerra, ya serían nuestras las Malvinas", La Nación. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/793783-sin-guerra-ya-serian-nuestras-las-malvinas>> Acesso em 16 de março de 2013.

Our Organisation, British Antarctic Survey, Disponível em: <http://www.antarctica.ac.uk/about_bas/our_organisation/index.php> Acesso em 30 de junho de 2013.

Conselho de Segurança, Relação sumária comunicada pelo secretário-geral na qual indica os assuntos que se encontram submetidos ao Conselho de Segurança e a etapa alcançada em seu estudo. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N82/165/87/PDF/N8216587.pdf?OpenElement>> Acesso em 25 de junho de 2013.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/TRAT0005.pdf>> Acesso em 27 de junho de 2013.

Committee of 24 (Special Committee on Decolonization). Disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/specialcommittee.shtml>> Acesso em 15 de abril de 2013.

NIKANDROV, Nil. ***Oil war in South Atlantic: Great Britain vs. Latin America Strategic Culture Foundation.*** Disponível em: <<http://www.strategic-culture.org/news/2012/02/07/oil-war-in-south-atlantic-great-britain-vs-latin-america.html>> Acesso em 13 de agosto de 2013.

KOLLEWE, Julia. ***Talk of Falklands oil boom heightens tensions as war anniversary nears. Up to 8.3bn barrels of oil could be up for grabs, ramping up tensions as the 30th anniversary of the war between the UK and Argentina approaches. The Guardian.*** Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/blog/2012/feb/16/talk-falklands-oil-boom-tensions-anniversary>> Acesso em 15 de agosto de 2013.

Lula questiona soberania britânica nas Malvinas. BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_lula_malvinas_rc.shtml> Acesso em 14 de agosto de 2013.

Comunicado Especial Sobre as Ilhas Malvinas, CELAC, Santiago, Chile, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/celac_2013_-_comunicado_especial_islas_malvinas.pdf> Acesso em 11 de junho de 2013.

Estatuto do Conselho de Defesa da UNASUL. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/11/27/11272dcbdad1a64e7b7daa8a627ed68/Estatutos-de-creacion-Consejo-de-Defensa-Suramericano.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2013.

BGM-109 Tomahawk, Princeton University. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/BGM-109_Tomahawk.html> Acesso em 18 de julho.

Malvinas abrigam maior base militar do Atlântico Sul, O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,malvinas-abrigam-maior-base-militar-do-atlantico-sul,11399,0.htm>> Acesso em 28 de julho de 2013.

Securing Britain in Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review. Disponível em: <http://www.direct.gov.uk/prod_consum_dg/groups/dg_digitalassets/@dg/@en/documents/digitalasset/dg_191634.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2013.

Nações Unidas, Conselho de Segurança, **Carta dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança pelo Representante Permanente da Argentina nas Nações Unidas** em 5 de outubro de 2012, parágrafo 5. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2012/763>> Acesso em 10 de agosto de 2013.

Resolução 41/11, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>> Acesso em 2 de agosto de 2013.

Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet, America's navy. Disponível em: <http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606> Acesso em 10 de agosto de 2013.

WEISSHEIMER, Marco. **A reativação da IV Frota e a América Latina**. Disponível em: <<http://rsurgente.opsblog.org/2008/07/21/a-reativacao-da-iv-frota-e-a-america-latina/>> Acesso em 13 de junho de 2013.

THUSWOHL, Maurício. **EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da América Latina**, Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15131> Acesso em 14 de junho de 2013.

ASSIS, José Carlos de. **Saída regional para a crise**, Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=640>> Acesso em 1º de agosto de 2013.